

Sobre o autoritarismo brasileiro

Melissa Probst¹

Em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e antropóloga, professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e professora visitante em Princeton, elabora uma reflexão sistemática sobre a constituição histórica e cultural brasileira, mais especificamente a partir do viés do autoritarismo, que, bastante aflorado no presente, tem raízes profundas, que fizeram rizoma ao longo do tempo. Publicado em 2019, pela Editora Companhia das Letras, constituído por 273 páginas, o livro inicia com breve introdução: “História não é bula de remédio”. Essa parte inicial é seguida de oito capítulos, abordando os elementos que constituem as raízes do autoritarismo brasileiro, a saber: Escravidão e racismo; Mandonismo; Patrimonialismo; Corrupção; Desigualdade social; Violência; Raça e gênero; Intolerância, seguidos das considerações finais: “Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente”. De texto bastante denso, a obra é indicada para todas as pessoas que estejam interessadas na compreensão da sociedade atual.

No decorrer da obra, Lilia Moritz Schwarcz nos conduz da superfície ao subterrâneo, do presente ao passado, trazendo para o centro da discussão uma analítica do já vivido, para que possamos nos “lembrar”. Uma boa parcela do cotidiano que hoje experimentamos resulta de processos sociais, culturais, econômicos e discursivos de nosso passado. Desse modo, como destaca Schwarcz (2019, p.20), lembrar do passado é “[...] a melhor maneira de repensar o presente e não ‘esquecer’ de projetar o futuro”. Claro que, como bem enunciado no título do capítulo introdutório, a história não é bula de remédio, porém, é sempre sábio buscar, no passado, explicações para problemas atuais, que se encontram bem perto de nós, nos envolvem e condicionam. O passado, portanto, pode nos ajudar a entender aspectos importantes da atual organização social e cultural, pois ajuda “a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro” (SCHWARCZ, 2019, p.26).

¹Rede Municipal de Educação de Blumenau - SC. mel.probst@gmail.com

As pesquisas históricas nos mostram que somos um país latino-americano de muitas particularidades em relação aos países com os quais mantemos fronteira. Somos, em primeiro lugar, um território de dimensões que podem ser comparadas a um continente, colonizados por portugueses, diferentemente do ocorrido com nossos vizinhos. Outro aspecto que muito nos diferencia dos nossos vizinhos é o fato de que, para o Brasil, vieram quase a metade dos africanos e africanas escravizados. Isso porque, conforme destaca Holanda (2014), durante o período colonial havia uma abundância de terras férteis e mal desbravadas, um território fecundo para instalação de grandes propriedades rurais. Entretanto, para isso, haveria que se resolver o problema da mão de obra. Isto acabou por motivar a introdução de escravos africanos.

Segundo Schwarcz (2019, p.27), “no Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências”. Entre fatores diversos, fomos o último país a abolir tal forma de trabalho forçado nas Américas, embora ainda hoje são escandalosos os casos de trabalho análogo à escravidão que os fiscais da justiça do trabalho descobrem e denunciam. Para além do trabalho forçado nos campos, do subjugar violento dos escravos, não devemos nos esquecer de que as mulheres negras (e indígenas) serviam também à alcova do senhor, “serviam a seus proprietários como instrumento de prazer e gozo. A violência do sistema como um todo encontrava um lócus especial na sexualidade exercida pelos senhores na intimidade da alcova escravista” (SCHWARCZ, 2019, p.190). Não havia nada de romântico e nem de idílico na relação estabelecida entre senhor e escravo, como talvez se quis fazer parecer, muitas vezes, no recontar da história brasileira. E se, com a abolição temos o fim de um regime, é importante perceber que, nessa história, há algumas rupturas, porém há também permanências. Certos modos de agir não se encerram na troca de regime, simplesmente, mas permanecem inculcados nos modos de ser, de pensar e de agir, na sua relação sobre/com o seu entorno, sobre/com o outro.

“A escravidão foi bem mais que um sistema econômico, ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais” (SCHWARCZ, 2019, p.27), naturalizando padrões de mando e obediência, reforçando a constituição de uma sociedade fundamentada pelo paternalismo. E se, em 2020 completamos 132 anos da abolição da escravidão, ainda hoje dados estatísticos oficiais demonstram como as populações afro-brasileiras sofrem com a precariedade do acesso à saúde, ao emprego, à educação, ao transporte

e à habitação (IBGE, 2018; IPEA, 2018 *apud* SCHWARCZ, 2019). Além disso, o tempo de vida desses grupos é também desigual, e os jovens negros costumam morrer antes dos demais, não apenas pela dificuldade de acesso aos serviços médicos, mas também “por conta da pobreza, da falta de estrutura familiar, da exposição ao comércio de drogas, das regiões em que habitam” (SCHWARCZ, 2019, p.176). Cabe ainda lembrar que foi registrado, pelo Mapa da Violência, que em 2003 morreram, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos. Esse número pulou para 158,9%, no ano de 2014 (WAISELFISZ, 2016).

Ao longo de nossa história, entretanto, outras práticas foram sendo consolidadas, entranhadas a ponto acreditarmos que tais práticas sejam endêmicas ao nosso país, tão profundas as suas raízes. Entre essas práticas, Schwarcz (2009) chama a atenção para o mandonismo, a corrupção e o patriarcalismo, que estiveram (e ainda permanecem) perigosamente instalados no Estado. No período colonial, quando a metrópole portuguesa se via sem condições de administrar o território brasileiro, o governo foi delegado a um número restrito de colonos, que se transformaram em senhores de enormes latifúndios. O mandonismo combinava mão de obra escrava, o personalismo dos mandos do senhor e a quase ausência do Estado, e tal prática criou raízes profundas, passando de geração em geração, e se mantém até os dias atuais. Algumas famílias/clãs continuam exercendo o controle da estrutura burocrática do Estado, como acontece, por exemplo, no Maranhão, Ceará, Paraná, Alagoas, Goiás, entre outros estados brasileiros: “existe, portanto, uma inequívoca associação entre o mandonismo e concentração de renda e dos poderes políticos” (SCHWARCZ, 2019, p.61).

Há, segundo Schwarcz (2019), inequívoca relação entre mandonismo, concentração de renda e poderes políticos, refletidos em práticas que reforçam os piores ranços da política. Do mesmo modo, a corrupção e o enraizamento de práticas como o patrimonialismo, também não auxiliaram a prover o país de uma realidade mais democrática e inclusiva. Conforme destaca Schwartzman (2007), o termo patrimonialismo é utilizado para conceituar formas de dominação política em que não existem claras divisões entre as atividades de esfera pública ou privada. Tal prática é tão antiga e se encontra tão “espraiada” na sociedade, que das esferas governamentais se prolonga para as práticas cotidianas individuais, refletidas em práticas/discursos, que reverberam a partir de expressões como “dar um jeitinho”, “quebrar um galho”, “fechar um olho”. Nesse contexto, sempre é importante lembrar que o Estado perde em racionalidade

quando os interesses públicos deixam de ditar as normas de governo, e se tornam prática comum os arranjos pessoais que alimentam práticas como as “de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública” (SCHWARCZ, 2019, p.66).

E, “se o patrimonialismo é o primeiro inimigo da República, o segundo principal adversário atende pelo nome de corrupção”, conforme destaca Schwarcz (2019, p.88). A despeito de não ser uma prática exclusivamente brasileira, a corrupção sempre esteve presente na história nacional, desde os tempos coloniais. E, ao longo dos tempos, a corrupção extrapolou o mundo da política, estando igualmente presente nas relações humanas e pessoais, espriada por toda a parte, entranhada no alto grau de entrosamento entre os empresários e o sistema político, de forma isolada ou no formato de cartel. E, nesse contexto, é sempre bom lembrar que se há corrupto, há também o corruptor, e a corrupção apenas viceja “quando há uma mentalidade mais ampla que não só a aceita, como a naturaliza em seu cotidiano” (SCHWARCZ, 2019, p.122).

Ainda, conforme Schwarcz (2019), tantos anos depois, somos um país que gosta de definir-se a partir da inclusão social e da diversidade, mas continuamos produzindo um racismo dissimulado, “naturalizado no cotidiano”, que é manifesto na desigualdade social, mas também na intolerância, no autoritarismo com que estabelecemos marcadores que diferem “nós” e “eles”. Esses marcadores de diferenciação entre “nós” e “eles” não são externados apenas no que concerne às poluições afro-brasileiras. Conforme afirma Schwarcz (2019, p.212), “essa crença em códigos binários tem a capacidade de dividir o mundo a partir de ladainhas que só funcionam à custa do exercício contínuo de narrativas, igualmente, binárias”. Assim, funcionando em formas de polaridades que vão separando determinados grupos de todos os outros, a sociedade tem (re)produzido uma lógica de ódios e afetos, aferindo e naturalizando o preconceito, a intolerância e a violência.

Uma das faces da violência que assola o Brasil são os crimes contra a população LGBTTQ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e *Queers*) que “são recorrentes no país, marcado pela ojeriza a tais grupos” (SCHWARCZ, 2019, p.198). A autora ainda afirma que “a violência contra as pessoas LGBTTQ é produto de um complexo emaranhado de práticas e crenças, do machismo ainda imperante em nossa sociedade, da carência de políticas educacionais voltadas para essa área, da falta de uma legislação específica” (SCHWARCZ, 2019, p.203). Lembremos também que

alguns setores da sociedade brasileira ainda se orgulham em divulgar o predomínio do machismo nas relações sociais, sem dúvida influenciados por uma tradição patriarcal, (re)produzidos e fundamentados em algumas tradições religiosas na/da atualidade.

Aliás, foi ainda durante o período colonial que assumimos, para nós, um modelo de sociedade patriarcal, que é pautada num padrão de família estendida e, principalmente de sujeição, para além dos laços de sangue, no qual a mulher cumpriria, basicamente, um papel secundário. Nesse modelo, a família (biológica) constituía o núcleo do latifúndio rural, e, para que tais famílias pudessem perpetuar seu poder, “as filhas eram logo pensadas como moeda para trocas e alianças com outros poderosos locais. O casamento consistia, portanto, numa espécie de estratégia que garantia bons dividendos caso se encontrassem pretendentes igualmente poderosos” (SCHWARCZ, 2019, p.45). Ainda conforme a autora, esse etos patriarcal e masculino foi transplantado para os tempos da Primeira República e além, de modo que persiste, na nossa sociedade, “até a atualidade, a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e a tentativa de sua objetificação sexual” (SCHWARCZ, 2019, p.186). Se por muito tempo as mulheres “deveriam atuar como ‘princesas’,obedecendo e se subordinando aos maridos, enquanto os homens são eternos ‘príncipes’, cientes de seu domínio e autoridade” (SCHWARCZ, 2019, p.186-187), é certo que desde a década de 1970, as mulheres vêm deixando os lugares sociais que “lhes eram predeterminados” e passaram a reivindicar direitos, oportunidades iguais no mercado de trabalho, bem como por respeito e igualdade nos espaços privados e públicos.

Entretanto, nos tempos atuais, é cada vez mais claro que “quanto mais as mulheres vão conseguindo impor sua independência e autonomia, tanto maior tem sido a reação masculina e as demonstrações de misoginia” (SCHWARCZ, 2019, p.187). E mencionada a década de 1970, cabe destacar também que o termo “cultura do estupro” foi utilizado pela primeira vez nessa mesma década, com o objetivo, segundo Schwarcz (2019),de alertar acerca da regularidade desse tipo de violência e mostrar que se trata de crime hediondo, diante do qual a sociedade deve responder com tolerância zero. A autora aponta ainda que 68% dos registros de “violência sexual”, no sistema de saúde, referem-se a estupros em menores de idade, quase um terço dos agressores das crianças (até treze anos) são amigos e conhecidos delas, e outros 30% são familiares próximos, como pais, mães, padrastos e irmãos.

Temos ainda o feminicídio, que, sem sombra de dúvida, encontra raízes na história, na manifestação direta de valores conservadores, e, atualmente, encontra respaldo na “emergência dessa onda de governos conservadores, que inundaram a política contemporânea” (SCHAWRCZ 2019, p.228). Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019, p.35), “Verificamos crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior”. Tais dados nos mostram que a violência de gênero representa a relação de dominação e poder do homem como o esforço de submissão da mulher, mas também o quanto o modelo patriarcal definiu os distintos papéis impostos para os espaços femininos e masculinos, que foram se consolidando ao longo da nossa história.

A “normalização das práticas”, tema que perpassa as reflexões propostas por Schwarcz (2019), constitui o pano de fundo das raízes do autoritarismo brasileiro. Questões como a escravatura, divisão latifundiária da terra, patrimonialismo, mandonismo e corrupção foram se tornando como “práticas naturalizadas”, que, em parte, explicam os motivos que fizeram do Brasil um país de realidade tão desigual. Essas práticas, entretanto, não dão conta de explicar “por que, a despeito do processo de modernização e de industrialização que o país conheceu no século XX, não conseguimos romper totalmente com esse círculo vicioso do passado” (SCHWARCZ, 2019, p.127). O evento de acontecimentos do nosso passado escravocrata, das estruturas do mandonismo, da corrupção persistente, da cultura de violência, intolerância (de gênero, sexo, religião...) tendem a (re)aparecer de tempos e tempos, e se manifestam mais veemente quando comparecem na cena política brasileira os governos autoritários, sob a forma de “populistas”, que nada mais fazem que reforçar os discursos binários e ideológicos, discursos estes que “apoiam-se na criação de verdadeiras mitologias de Estado, pautados na polarização do ‘eles’ e do ‘nós’” (SCHWARCZ, 2019, p.211).

Referências

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da violência 2019*. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em 01 fev. 2020.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília: FLACSO BRASIL, 2016. Disponível em:
https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em 06 jan. 2010.

Recebido em fevereiro 2020.

Aprovado em junho 2020.